

V CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

**ARQUIVOLOGIA E INTERNET:
CONEXÕES PARA O FUTURO**

01 a 05 de Outubro 2012 | Salvador-BA
Pestana Bahia Hotel

TRABALHOS COMPLETOS

www.enara.org.br/cna2012
Salvador. A Capital Nacional da Arquivologia em 2012

SUMÁRIO

QUANDO O ACESSÁVEL PODE NÃO SER ACESSÍVEL: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA (SAPL) À LUZ DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, **JOSÉ CANUTO DA SILVA JÚNIOR** (e co-autoria de **Henrique Elias Cabral França**)

O ACESSO A INFORMAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA E SUA CONSOLIDAÇÃO LEGAL NO BRASIL: PROPOSTAS DE REFLEXÃO PARA O PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **HENRIQUE ELIAS CABRAL FRANÇA** (e co-autoria de **José Canuto Da Silva Júnior**)

INVESTIGAÇÃO DO USO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE: UMA VISÃO ATRAVÉS DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, **WENDEL GIBBON DE OLIVEIRA** (e co-autoria de **Valéria Raquel Bertotti; Angélica C. D. Miranda**)

PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS DA CLASSIFICAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES AO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES-FIM DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – IFES, **ROSALE DE MATTOS SOUZA** (e co-autoria de **Andressa Furtado da Silva de Aguiar; Gleice da Silva Branco**)

CURSO DE QUÍMICA INDUSTRIAL/UFRGS TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICA DOS HISTÓRICOS ESCOLARES, **BRUNA ARGENTA MODEL** (e co-autoria de **Ana Regina Berwanger**)

A INOVAÇÃO E A ARQUIVOLOGIA: CONCEITO E CIÊNCIA PARA A SOCIEDADE, **ELIANDRO DOS SANTOS COSTA** (e co-autoria de **Maria Inês Tomael, Mayara Talita dos Santos**)

DISCUTINDO A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL, **LAERTE PEREIRA DA SILVA JÚNIOR** (e co-autoria de **Thais Helen do Nascimento Santos**)

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS INTEGRADAS: O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA** (e co-autoria de **Maria Meriane Vieira Rocha**)

LEVANTAMENTO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE UMA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR: ASPECTOS PRELIMINARES PARA UMA GESTÃO ARQUIVÍSTICA, **CLODEMIR DA COSTA NASCIMENTO** (e co-autoria de **Rosa Zuleide Lima de Brito, Julianne Teixeira e Silva**)

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **MARIA MERIANE VIEIRA DA ROCHA** (e co-autoria de **Julianne Teixeira e Silva**)

O FLUXO DOCUMENTAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA, **MARCIO BEZERRA DA SILVA** (e co-autoria de **Wendia Oliveira de Andrade, Rosa Zuleide de Brito**)

FOTOGRAFIAS DO CHCP: POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA A PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA, **MARIA CANDIDA DA SILVEIRA SKREBSKY** (e co-autoria de **Carlos Blaya Perez**)

ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS SOB A PERSPECTIVA DOS SERVIÇOS DE DIFUSÃO CULTURAL E AÇÕES EDUCATIVAS, **THAIS HELEN DO NASCIMENTO SANTOS** (e co-autoria de **José Washington de Moraes Medeiros**)

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO: DESVENDANDO O PROTOCOLO DO IMEQ/PB – INMETRO, **ESMERALDA PORFÍRIO DE SALES** (e co-autoria de **Christian Palmer Ferreira da Silva, João Paulo do Nascimento Soares**)

A COORDENAÇÃO DE ARQUIVOS DA UFF: UM PROCESSO ARQUIVÍSTICO DE REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO., **ROSALE DE MATTOS SOUZA** (e co-autoria de **Jorge Martins Fagundes, Beatriz Bahia, Igor Garcez, Pablo Souza Vaqueiro**)

FACULDADE DE DIREITO CLOVIS BEVILAQUA: A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA ATRAVÉS DO ICA-ATOM, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS** (e co-autoria de **Bruna Paim Reis, Daniel Flores**)

A POLÍTICA DE ARRANJO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS** (e co-autoria de **Karin Christine Schwarzbald; Tatiane Vedoin Viero**)

A JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB) E O USO DO SRI TEBAS, **WENDIA OLIVEIRA DE ANDRADE** (e co-autor **Marcio Bezerra da Silva**)

A TEORIA E A "PRÁXIS" DAS TRÊS IDADES DOCUMENTAIS NA REALIDADE DAS MASSAS DOCUMENTAIS ACUMULADAS NOS ARQUIVOS BRASILEIROS, **KLEANE PÂMELA PEREIRA DOS SANTOS** (e co-autoria de **Rodrigo Fortes**)

UM RECORTE DA REALIDADE DA PROFISSÃO DO ARQUIVISTA: A ATUAÇÃO DOS ARQUIVISTAS NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS, **STELA LICHTENHELD CRAUS** (e co-autoria de **Maria Beraldi Passini de Castro**)

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS EM UNIVERSIDADES: UM ESTUDO DE TRÊS CASOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A DIFUSÃO E A "PÓS-DIFUSÃO" CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARQUIVO., **SUELLEN BARBOSA GALDINO** (e co-autoria de **Rodrigo Fortes de Ávila**)

PERSPECTIVAS PARA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA: CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO PARA O ARQUIVO MUSICAL DA BANDA DE MÚSICA 5 DE AGOSTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB, **EGBERTO DA SILVA LIMA** (e co-autoria de **Manuela E. Maia, Rodrigo Fortes de Ávila**)

LEI DE ACESSO: A EXPERIÊNCIA DA UFRGS, **RITA DE CÁSSIA PORTELA DA SILVA** (e co-autoria de **Flávia Helena Conrado**)

A INSERÇÃO SOCIAL DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA : O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL), **LINETE BARTALO** (e co-autoria de **Ivone Guerreiro Di Chiara; Miguel Luiz Contani**)

O PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO A PARTIR DA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, **MARCELA GONÇALVES TEIXEIRA** (e co-autoria de **Daniel Flores**)

CATÁLOGO SELETIVO DO 1º SEMINÁRIO DE ENSINO EM ARQUIVOLOGIA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE** (e co-autoria de **Fabiane Pereira da Silveira, Valéria Raquel Bertotti**)

PALEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE E O ENSINO PALEOGRÁFICO FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS, **ENEIDA IZABEL SHIRMER RICHTER** (e co-autoria de **Rafael Chaves Ferreira**)

POLÍTICAS DE ACCESO A LA INFORMACIÓN Y SU RELACIÓN CON EL CONCEPTO DE CIUDAD-REGIÓN, **MARIA JANNETH ALVAREZ ALVAREZ**

GESTÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE** (e co-autoria de Luciana Penna dos Santos, Luciana Souza de Brito)

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: REFLEXÃO DOS CONCEITOS SOB A ÓTICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA** (e co-autoria de Thiago Gomes Medeiros)

ARQUIVOLOGIA E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO ESSENCIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA, **RAFAEL CHAVES FERREIRA** (e co-autoria de Glaucia Vieira Ramos Konrad)

O ARQUIVISTA E SUA REPRESENTAÇÃO NAS MÍDIAS: A (DES)CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONAL, **ALESSANDRO FERREIRA COSTA** (e co-autoria de Eliane Bezerra Lima)

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E SEUS NOVOS DESAFIOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A GESTÃO DOCUMENTAL NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – UFAM, **ROSINILDA DAMASCENO DOS SANTOS FILHA** (e co-autoria de Augusto Brito)

A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUBSTRATO CULTURAL NA CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA., **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA**

A MEMÓRIA E A ARQUIVÍSTICA: RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – RS, **GEISI GRAZIANE GOULARTE ANTONELLO** (e co-autoria de Carla Saldanha da Silva, Rosani Beatriz Pivetta da Silva)

DE GUARDIÃO DE DOCUMENTOS A GESTOR DA INFORMAÇÃO: O ARQUIVISTA EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE PROFISSIONAL, **WAGNER RAMOS RIDOLPHI**

AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS NO CONTEXTO DO ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), **INGRID RIQUE DA ESCÓSSIA PEREIRA** (e co-autoria de Janaina Lima dos Santos, Priscila Zelo Patrício de França, Rosa Zuleide Lima de Brito)

APLICAÇÃO DA NORMA ISDF NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA SÊCA, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de Daine Regina Segabinazzi Pradebon, Lisieli Rorato Dotto, Débora Flores)

A REVISÃO CURRICULAR EM CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: UM ESTUDO NA UFSM, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de Emili Lemanski dos Santos, Lisieli Rorato Dotto, Fernanda Kieling Pedrazzi)

SENSIBILIZAÇÃO DA NECESSIDADE DE PROFISSIONAL ARQUIVISTA PARA GERENCIAMENTO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO TELEVISIVA, **ANA ISABEL FERREIRA WANDERLEY** (e co-autoria de Érica Ferreira Rodrigues, Lidiane Carneiro de Sousa, Lidyane da Silva Ferreira)

PRESERVAÇÃO DE ACERVOS, MARMORIZAÇÃO DE PAPEL E INCLUSÃO SOCIAL, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de Denise Molon Castanho, Luiza Segabinazzi Pacheco)

DIAGNÓSTICO TÉCNICO E DIRETRIZES PARA REVITALIZAÇÃO DO ARQUIVO DA DIVISÃO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA (DAME) DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEI – UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA** (e co-autoria de Dulce Amélia de Brito Neves)

ASPECTOS GERAIS SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS: TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS PÚBLICOS DE ARQUIVO VINCULADOS À APROVAÇÃO DE CONTAS, **DOMINGOS DA COSTA RODRIGUES** (e co-autoria de Tânia Maria de Moura Pereira, Eliane Braga de Oliveira, Sérgio P. da Silva Coletto)

A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SMHADU: SUBSÍDIOS PARA A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE SISTEMAS DE ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE, **GISLAINE PINTO KRAMER** (e co-autoria de Giulia Machado Tavares, Jorge Alberto Soares Cruz, Rita de Cássia Portela da Silva)

O PAPEL DO ARQUIVISTA NO PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: A EXPERIÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO TREINAMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E ENSINO DE PRÁTICAS E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS, **WELDER ANTONIO SILVA** (e co-autoria de Wendell Lopes de Assis)

O NUDOC COMO MEMÓRIA DO CINEMA PARAIBANO, **CAROLINA BARROS MADRUGA** (e co-autoria de Aline Rouse Almeida da Silva)

PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO HISTÓRICO DO CPDOC: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, **DANIELE CHAVES AMADO** (e co-autoria de Martina Spohr)

GUIA DA COLEÇÃO “JORNAIS DO BRASIL: O ACERVO DE JORNAIS DO ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UFV” E INVENTÁRIO DA SÉRIE “JORNAIS DE ESQUERDA”, **EDUARDO LUIZ DOS SANTOS** (e co-autoria de Sara Helena Amaral de Sousa.)

POLÍTICAS DE ACESSO E PRESERVAÇÃO DE COLEÇÕES FOTOGRÁFICAS DE NEGATIVOS DE VIDRO: QUANDO O PATRIMÔNIO É UMA IMAGEM QUE QUEBRA!, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de Carlos Blaya Perez)

A DIFUSÃO NO USO DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E A FUNÇÃO DO ARQUIVISTA NESSE NOVO CENÁRIO, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante)

INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA EM REDE: A EXPERIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DIRECIONADA PARA TOMADA DE DECISÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante)

RELAÇÕES ENTRE OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS E OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS, **ALEXANDRE FERNAL** (e co-autoria de Fernando Luiz Vechiato)

A PESQUISA E O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA (MAE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR), **ÂNGELA CAROLINA DE CASTRO SIMÕES** (e co-autoria de Aline Fernanda Lopes)

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO INTERMEDIÁRIO E PERMANENTE DO ARQUIVO GERAL DA UFBA, **NANCI MOREIRA DOS SANTOS** (e co-autoria de Patrícia Reis)

O “DISCURSO DE/SOBRE” A LEI Nº 12.527 EM DUAS MATERIALIDADES: A LEI E O JORNAL, **FERNANDA KIELING PEDRAZZI**

NORMATIVAS PARA DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS, **FERNANDO ALVES DA GAMA (e co-autoria de Ivone Gomes de Brito)**

O MARKETING COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO DAS ATIVIDADES ARQUIVÍSTICAS, **FERNANDA MARCELE SANTANA LAGE LINHARES (e co-autoria de Nídia Maria Lienert Lubisco)**

APLICAÇÃO DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, DA USABILIDADE E DA ACESSIBILIDADE EM WEB SITES DE ARQUIVOS, **FERNANDO LUIZ VECHIATO (e co-autoria de Vânia Jaqueline Domingues, Ana Maria da Silva Rebelo, Alexandre Fernal)**

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A DISCIPLINA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA OFERTADA NOS DIFERENTES CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL, **TIELE PADILHA SILVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti.)**

O DIAGNÓSTICO DE ARQUIVO COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO DO FAZER ARQUIVÍSTICO: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS II NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UEPB, **KETLEN OLIVEIRA ESTEVAM (e co-autoria de Maria José Cordeiro de Lima)**

ARQUIVOLOGIA: NOVAS TECNOLOGIAS E ANTIGOS DESAFIOS, **EVA CRISTINA LEITE DA SILVA (e co-autoria de Graziela Martins de Medeiros, Luciane Paula Vital)**

"METODOLOGIA PARA ANÁLISE, AVALIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS", **LEANDRO RIBEIRO NEGREIROS (e co-autoria de Welder Antônio Silva, Cíntia Aparecida Chagas Arreguy)**

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO NO SÉCULO XIX: A ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DA COLEÇÃO DE IMPRESSOS DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL, **EVERALDO PEREIRA FRADE (e co-autoria de José Benito Yárritu Abellás e Nínive Britez Biçakçi)**

PRESERVAÇÃO E ACESSO: RAZÕES E CAMINHOS DE UM PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: O CASO DO ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA DO MAST, **JOSÉ BENITO YÁRRITU ABELLÁS (e co-autoria de Everaldo Pereira Frade)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO: MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO ESTADO DA PARAÍBA, **ISMAEL BATISTA DOS SANTOS SILVA**

A PRODUÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NO SOFTWARE DE GESTÃO DOCUMENTAL NUXEO SOB A ÓTICA DA ARQUIVÍSTICA, **SERGIO RENATO LAMPERT (e co-autoria de Daniel Flores)**

OBJETOS VIRTUAIS INTERATIVOS NO ENSINO DE ARQUIVOLOGIA, **LUCIANA OLIVEIRA PENNA DOS SANTOS Luciana Souza de Britto, Rafael Augusto Penna dos Santos**

A SAÚDE NO BRASIL E OS ARQUIVOS MÉDICOS COMO INSTRUMENTO PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA, **RAONE SOMAVILLA**

DISCURSOS DE MEMÓRIA DO ASSOCIATIVISMO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO, **EVELYN GOYANNES DILL ORRICO (e co-autoria de Eliezer Pires da Silva)**

O USO DE TECNOLOGIAS PARA MAPEAMENTO DE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICA, **BRUNO OLIVEIRA DA COSTA (e co-autoria de Elias de Oliveira)**

ARQUIVO DIGITAL ESCOLAR(ARQDESC) ARQUITETURA DE UM SISTEMA INFORMATIZADO PARA O ARQUIVO DA ESCOLA JOSÉ LINS DO RÊGO, **IRANY RODRIGUES BARBOSA (e co-autoria de Josemar Henrique de Melo)**

SISTEMA INTEGRADO DE ACESSO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (SIA-APM): UMA EXPERIÊNCIA DE DIFUSÃO ON LINE, **RENATO PINTO VENANCIO**

A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, **ANA LÚCIA DA SILVA DO CARMO**

ANÁLISE DO MÓDULO ARQUIVO DO SISTEMA PERGAMUM, **ANA PAULA ALVES SOARES**

PRESERVAÇÃO DIGITAL E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: O USO DA NORMA ISO/IEC 17799 – CÓDIGO DE PRÁTICA PARA GESTÃO DA SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE SALVADOR DURANTE A REALIZAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS, **RAFAEL BOTELHO DORIA (e co-autoria de Sérgio Franklin Ribeiro da Silva)**

A APLICABILIDADE DO MARKETING NO ARQUIVO, **NELMA CAMÊLO DE ARAUJO (e co-autoria de Ana Paula Barbara)**

ARQUIVISTA: MANEJO DE ARQUIVOS E DE REGISTROS, **ELAYNE ORTOLAN ALTOÉ (e co-autoria de Taiguara Villela)**

O PAPEL DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS (FAPEAM) PARA A ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS DOCUMENTAIS NO AMAZONAS, **RODOLFO ALMEIDA DE AZEVEDO (e co-autoria de Francisca Deusa Sena da Costa)**

A ONTOLOGIA DO CUIDADOR: ARTICULAÇÕES ENTRE AS COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL MÉDICO E DO PROFISSIONAL ARQUIVÍSTICO., **MICHELLE CHAVES DE ARAÚJO (e co-autoria de Esmeralda Porfírio de Sales)**

O ARQUIVO DE LINA BO BARDI: REVISITANDO UMA EXPERIÊNCIA, **JOSÉ FRANCISCO GUELFÍ CAMPOS**

LEGISLAÇÃO SOBRE DOCUMENTOS DE PROCESSOS JURÍDICOS PARA DIGITALIZAÇÃO., **MARCELO FERNANDES RODRIGUES (e co-autoria de Diana Vilas Boas Souto)**

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO SOB O OLHAR DOS ALUNOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **GENOVEVA BATISTA DO NASCIMENTO (e co-autoria de Ismael Batista dos Santos Silva, Katyuscia Sales de Assis)**

APLICABILIDADE DO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS: UM ESTUDO NA UFBA, **LUCINEIDE NASCIMENTO DE ALMEIDA DIAS (e co-autoria de Dulce Paradello)**

OS ARQUIVOS/REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO AMBIENTES DE LIVRE ACESSO À PRODUÇÃO DOCUMENTAL ACADÊMICA CIENTÍFICA, **GLEISE DA SILVA BRANDÃO (e co-autoria de Keyla Sousa Santos)**

ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO TÉCNICO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO PROJETO CINEMÓRIA – A HISTÓRIA DAS SALAS DE CINEMA DO ESPÍRITO SANTO (1907-2008), **ANDRÉ MALVERDES**

DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM AMBIENTE DE ARQUIVO, **LUIZ ANTONIO SANTANA DA SILVA (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

SUBPROJETO FOTOGRAFIA NA LATA : CRIATIVIDADE COM PINHOLE E MARMORIZAÇÃO, **JANAINA VEDOIN LOPES (e co-autoria de Carlos Blaya Perez, Bruno Stock, Carla Saldanha da Silva, Letícia da Silva Fausto, Tamy Silva)**

DE 1999 A 2012- O PANORAMA DA CONSTRUÇÃO DE WEBSITES EM INSTITUIÇÕES DE ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO NO BRASIL, **LEANDRA NASCIMENTO FONSECA (e co-autoria de Fernanda Maria da Costa)**

A ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES BRASILEIROS: RELATO DO ARQUIVO CLARICE LISPECTOR, **MARCOS ULISSES CAVALHEIRO (e co-autoria de Sonia Maria Troitiño Rodriguez)**

ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E REDES DE COOPERAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES) DO BRASIL, **RENATO MOTTA RODRIGUES DA SILVA**

DESAFIOS DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA: DA ESCOLHA NO VESTIBULAR AO MERCADO DE TRABALHO, **FERNANDA MARIA OLIVEIRA DA COSTA**

O MAPEAMENTO CULTURAL E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ, **MARIA DO SOCORRO BAIA DOS SANTOS (e co-autoria de Terezinha Maria de Jesus da Conceição Lima)**

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUPORTE PARA A TOMADA DE DECISÃO POLÍTICA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA: O COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2006-2010), **BRUNO MACEDO NATHANSOHN**

ATORES ACADÊMICOS DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL, **ELIEZER PIRES DA SILVA (e co-autoria de Thais Tavares Martins e Natacha Silva Fonseca)**

O USO DAS TÉCNICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O REGISTRO DAS LIÇÕES APRENDIDAS NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS, **MILENA DE JESUS MELO**

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL: ESTUDO DE CASO EM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DE PORTO ALEGRE/RS, **VERA LÚCIA SANTOS DOS SANTOS**

FOTOGRAFIAS DE ROMEIROS COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO, **ARILUCI GOES ELLIOTT (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOB A ÓTICA DOS USUÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO DO USO DA BASE DE DADOS ACCESSUS, **RENAN MARINHO DE CASTRO**

CORRELAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS E OS ANSEIOS DA HISTORIOGRAFIA NA ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL, **AUGUSTO CÉSAR LUIZ BRITTO**

MIGRAÇÃO DE SUPORTE DE FITAS MAGNÉTICAS DE ÁUDIO CASSETE: UM ESTUDO PRELIMINAR DO TRIBUNAL REGIONAL DA 4ª REGIÃO – TRF4, **MAURO SÉRGIO DA ROSA AMARAL**

A UFSM NO PROJETO RONDON – CAMPUS AVANÇADO DE RORAIMA: DESCRIÇÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES (e co-autoria de Daniel Flores)**

ARQUIVOS SETORIAIS: EXPANSÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS NA UFSM, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO** (e co-autoria de Camila Poerschke Rodrigues, Cristina Strohschoen, Débora Flores, Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Rocha Retamoso, Neiva Pavezi, Rita Medianeira Ilha, Rosilaine Zoch Bello)

ESPAÇOS INFORMACIONAIS VIRTUAIS: A DISPONIBILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA WEB, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO**

DOCUMENTAÇÃO SERGIPANA E AS NOVAS TIC'S: IMPACTOS E PRÁTICAS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO ACERVO DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA CENTRAL., **JOSEANE OLIVEIRA DA CRUZ** (e co-autoria de Melânia Lima Santos, Ycaro Swuan Andrade Cor, Izabel Cristina da Silva Santos)

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL (DAG/UFSM), **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES** (e co-autoria de Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Regina Rocha Retamoso, Maiara de Arruda Nascimento)

O ACESSO E O SIGILO DOS DOCUMENTOS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de André Luiz Dias de França)

QUANDO UM E-MAIL É UM DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de André Luiz Dias de França)

O USO E “PÓS-USO” DA INFORMAÇÃO ORGÂNICA ARQUIVÍSTICA, **RODRIGO FORTES DE AVILA**

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DE PROCESSOS JUDICIAIS, **TASSIARA JAQUELINE FANCK KICH**

POLÍTICAS DE GESTÃO DOCUMENTAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG: DO SONHO À REALIDADE, **TATIANE VEDOIN VIERO** (e co-autoria de Andrea Gonçalves dos Santos, Karin Christine Schwarzbald)

SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (SIGED/TJMG) EM FACE DOS REQUISITOS FUNCIONAIS DO E-ARQ BRASIL., **GISELI MILANI SANTIAGO BALBINO** (e co-autoria de Leandro Ribeiro Negreiros)

GESTÃO DE DOCUMENTOS NAS UNIDADES DE ARQUIVO E PROTOCOLO DA UNIRIO, **FABIANA DA COSTA FERRAZ PATUELI**

GERÊNCIA DE ARQUIVOS I : UMA RELAÇÃO TEÓRICA SOB A ÓTICA PRESENCIAL E VIRTUAL., **ROSANARA PACHECO URBANETTO** (e co-autoria de Tatiana Costa Rosa)

DIMENSÕES METACOGNITIVAS NO PROCESSO DE BUSCA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA, **DULCE AMELIA DE BRITO NEVES** (e co-autoria de Dirlene Santos Barros)

ARQUIVO E ESCOLA: A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA DIFUSÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS, **PRISCILA RIBEIRO GOMES** (e co-autoria de Magno Vinícius da Silva Monteiro, Alinne Pereira da Costa)

LEITURA DOCUMENTÁRIA E ESTUDOS PALEOGRÁFICOS: O OLHAR ARQUIVÍSTICO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA ANTIGA PARAIBANA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA RELATIVA ÀS ELITES PROVINCIAIS (1824-1840) , **FRANCINETE FERNANDES DE SOUSA** (e co-autoria de Roberto Jorge Chaves Araújo)

POLÍTICAS DE ACESSO E PRESERVAÇÃO DE COLEÇÕES FOTOGRÁFICAS DE NEGATIVOS DE VIDRO: QUANDO O PATRIMÔNIO É UMA IMAGEM QUE QUEBRA!

Cristina Strohschoen¹

Carlos Blaya Perez²

Parte do patrimônio cultural brasileiro está em instituições culturais que coletam, preservam e colocam a memória da sociedade à disposição de usuários e pesquisadores. Fotografias constituem-se em importante patrimônio documental. No universo dos acervos fotográficos, este estudo investigou um suporte documental específico – o negativo de vidro, o qual, inventado em 1848, foi o principal suporte documental das imagens fotográficas no mundo até 1888, quando inventado o negativo em película – flexível. Sua importância como fonte de pesquisa sobre a história mundial e brasileira foi comprovada mediante incursões na literatura e investigações em acervos fotográficos brasileiros. Verificou-se que a fotografia constitui-se em poderoso veículo de comunicação visual, além de seu valor como fonte de informação. Esta premissa impõe as instituições culturais custodiadoras deste tipo documental a necessidade de definir políticas específicas para as mesmas. À luz dos conceitos sobre preservação, acesso e difusão, e situando cronologicamente a invenção dos diversos processos fotográficos, foram analisadas políticas de preservação e acesso adotadas por centros de documentação fotográfica detentoras de negativos de vidro com base naquelas identificadas em duas instituições culturais com semelhanças nos acervos preservados e nos objetivos e metas institucionais, porém, com diferenças climáticas devido a sua localização geográfica - nas regiões Sul e Nordeste do Brasil. Ratificou-se a importância das funções arquivísticas: a preservação para aumento da longevidade dos documentos; o acesso - a necessidade de elaboração de instrumentos de pesquisa; e a difusão cultural, editorial e educativa. Permeando tudo isto, a necessidade da existência de programas como planejamentos contínuos – as políticas.

Palavras-chave: Fotografia. Negativo de vidro. Arquivologia. Preservação.

1 Introdução

Para Le Goff (1996), entre as manifestações mais importantes ou significativas da memória coletiva, encontra-se o aparecimento, no século XIX e início do século XX, de dois fenômenos. O primeiro, em seguida a Primeira Guerra Mundial é a construção de monumentos aos mortos. O segundo é a fotografia, que “revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e a evolução cronológica” (LE GOFF, 1996, p. 39).

No começo do século passado, era comum chamar um retratista para uma pose de toda a família em frente à residência, aproveitavam-se as ocasiões festivas para fazê-lo – em geral comemorações de casamento, bodas, ou aniversário. Famílias mais abastadas deslocavam-se a um estúdio fotográfico, para fazer a famosa “foto familiar”. Nesta época, as imagens eram

¹ crisarquivista@gmail.com, Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria.

² carlosblaya@hotmail.com, orientador de dissertação, Universidade Federal de Santa Maria.

obtidas com o auxílio de pesadas câmeras de madeira que produziam negativos em chapas de vidro, e que eram produzidas individualmente, de maneira artesanal.

A motivação pessoal deste estudo deve-se a atuação da autora, por dezesseis anos, como arquivista do Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), onde passou a ter contato com uma coleção de aproximadamente 12 mil negativos de vidro, fato que despertou o interesse por este tema. Durante sua atuação profissional observou que o negativo de vidro é um suporte documental desconhecido da grande maioria dos historiadores, arquivistas, pesquisadores e usuários de centros de documentação. Esta percepção foi enfatizada quando, a partir da adesão do MADP ao Projeto Cooperativo Interinstitucional Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (CPBA)¹, integrou, de 1997 a 2000, a equipe de dez multiplicadores do referido projeto na Região Sul do país.

A escolha das instituições abordadas nesta pesquisa – o Museu Antropológico Diretor Pestana de Ijuí no Estado do Rio Grande do Sul e a Fundação Joaquim Nabuco de Recife no Estado de Pernambuco - cristaliza-se também na relação entre as mesmas, visto que foi a leitura de um opúsculo de Gilberto Freyre sobre o então Instituto Joaquim Nabuco (IJN) a inspiração do professor Dr. Mario Osorio Marques para criação do MADP.

Considerou-se que coleções fotográficas com negativos de vidro sejam importante fonte de pesquisa sobre a história brasileira - do final do Brasil Império (1855 – 1889), e do início do Brasil República (1889 – 1910). Supôs-se também que pelo fato de imagens fotográficas integrarem o patrimônio cultural de um país, instituições culturais que as custodiam em seus acervos definem políticas de preservação, acesso e difusão específicas para as mesmas.

O produto final do mestrado profissional, de acordo com a legislação específica da Capes², pode ser uma dissertação, um projeto de pesquisa ou de intervenção na área específica em que atua o mestrando, um estudo de caso ou ainda uma proposta de desenvolvimento tecnológico ou instrumental. O Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM exige, além da dissertação, mais um produto final.

Produziu-se assim um *Manual de Preservação de Coleções Fotográficas com Negativos de Vidro*, o qual permitirá a difusão das técnicas de preservação deste suporte especial de documento, contribuindo para o enriquecimento de pesquisas históricas, bem como servirá de material didático para alunos dos Cursos de Graduação em Arquivologia do Brasil, e a outros profissionais atuantes em acervos de centros de documentação fotográfica.

2 Evolução do Processo Fotográfico

Alguns processos fotográficos, para Pavão (1997), ocuparam lugares tão importantes que durante algum tempo foram mais usados que qualquer outro, dominando completamente a produção fotográfica. Para ele, a história da fotografia pode ser dividida em grandes períodos consoante a técnica fotográfica dominante (PAVÃO, 1997, p. 25):

- Período da daguerreotipia – de 1839 a 1855;
- Período dos negativos de colódio úmido sobre vidro e das provas sobre albumina – 1855 a 1880;
- Período dos negativos em gelatina e brometo de prata sobre vidro e das provas em papel directo de fabrico industrial (de gelatina ou colódio) – 1880 a 1910;
- Período dos negativos em película e das provas em papel de revelação – 1910 a 1970;
- Período da fotografia a cor cromógena – 1970 aos dias atuais.

Podemos complementar os períodos descritos por Pavão com a inclusão do período da fotografia digital, que se inicia a partir do ano 2000.

O princípio da câmera escura já era conhecido desde a Antiguidade. Aristóteles³ se refere ao efeito da luz que passa através de um orifício num quarto escuro, constituindo-se na primeira referência sobre o fenômeno da captação da imagem. Descobriu-se que por efeito de refração, ao passar a luz por um pequeno orifício num local escuro, a imagem do exterior forma-se invertida na parede oposta. À época da Renascença, Leonardo da Vinci⁴ descreveu, no *Codex Atlanticus*, esse fenômeno físico: “quando as imagens dos objetos iluminados penetram num compartimento escuro através de um pequeno orifício e se recebem sobre um papel branco situado a uma certa distância desse orifício, vêem-se no papel, os objetos invertidos com as suas formas e cores próprias”.

Manuais de vulgarização, verbetes de enciclopédia e até mesmo teóricos como Walter Benjamin (1892-1940) começaram suas considerações a propósito da imagem fotográfica tentando entendê-la como um desenvolvimento da pintura renascentista, mais especificamente da experiência com câmera obscura, registrada por Leonardo da Vinci. Leonardo revelou que ao penetrar através de um furo um quarto completamente escuro, a luz projeta a imagem invertida do que está em frente ao orifício. (NEIVA JR., 1986, p. 60)

Esse princípio e os compartimentos totalmente escuros, com um pequeno orifício, continuaram a ser utilizados nos séculos seguintes, como apoio ao registro de imagens,

usualmente pelo processo do desenho. A partir do século XVII passou a ser acoplado ao orifício um sistema óptico para melhorar a qualidade da imagem a observar, tendo passado a designar-se "Câmara Óptica" ou "Câmara Fotográfica".

A partir de 1820 foram realizadas tentativas para a fixação de imagens por meio da exploração das características dos produtos químicos. Em 1826 Joseph Nicéphore Niépce⁵, depois de uma exposição de mais de oito horas, consegue a reprodução da vista que se estende da janela do sótão de sua casa, numa chapa metálica produzida com a combinação de metais onde predominava o estanho recoberto com betume da Judéia, se atinge algum sucesso na captação permanente de uma imagem. O processo foi denominado heliografia e não tinha meio tons.

Em 1835 Daguerre desenvolveu o processo da fotografia, ao descobrir um meio de obtenção de positivos diretos em placas de metal, sem uma imagem negativa, denominado o processo de daguerreótipo.

O primeiro negativo foi obtido em 1835, mas apenas em 1839 este método, designado por calótipo, foi tornado público. Em relação ao daguerreótipo, que constituía uma imagem única em positivo, o calótipo tinha como principal vantagem a possibilidade de obtenção de várias cópias a partir de um único negativo. Não atingia, no entanto, a mesma qualidade e definição.

Os negativos sobre suporte de chapa de vidro datam de 1848 a 1871. Conforme sua constituição química são divididos em albumina, colódio e gelatina.

3 Negativo de Vidro – suporte documental

Os primeiros negativos de vidro datam de 1848. O processo foi criado por Claude Félix Abel Niépce de Saint-Victor, e consistia na utilização de uma placa de vidro recoberta por uma camada de albúmen, sensibilizada depois de seca por uma solução de nitrato de prata. Após serem sensibilizadas, as chapas dos negativos de albumina podiam esperar até quinze dias antes da exposição e posteriormente à exposição poderiam ficar mais dez a quinze dias antes da revelação, o que facilitava o seu uso em viagem. Dispensavam assim o transporte da câmara escura e demais equipamentos - podiam ser previamente preparadas em estúdio.

Em 1851 Frederick Scott Archer desenvolve o processo chamado de colódio úmido, negativo feito sobre placas de vidro sensibilizadas com uma solução de colódio (mistura de nitrocelulose com álcool e éter). O fotógrafo precisava sensibilizar a placa nos instantes que

antecediam a exposição e revelar a imagem logo depois, antes que a mesma secasse. Esse processo era 20 vezes mais rápido que os anteriores e os negativos apresentavam uma riqueza de detalhes semelhante a do daguerreótipo, com a vantagem de permitir a produção de várias cópias. O processo era também menos dispendioso que os anteriores e o resultado de ótima qualidade - dez vezes mais sensível que a albumina! A placa era exposta ainda úmida e o tempo de exposição variava de 3 a 12 segundos. O sucesso comercial deste processo é atestado pela multiplicação e rápida expansão das empresas produtoras de negativos e de papel para impressões.

O segundo momento significativo no desenvolvimento fotografia, em se tratando de chapas de vidro, foi a invenção do negativo seco, emulsionado com gelatina, substituindo o colódio úmido. Em 1864, o processo das placas úmidas foi aperfeiçoado e passou-se a produzir uma emulsão seca de brometo de prata em colódio.

O negativo de chapa de vidro em gelatina marcou a transição para a era da fotografia, em que a gelatina se transforma no veículo de sustentação dos cristais de prata e passa para uma escala de confecção industrial. Esse tipo de emulsão foi usado inicialmente para fazer negativos de vidro, passando depois a ser empregado na fabricação de papéis fotográficos e filmes flexíveis. (FILIPPI, LIMA & CARVALHO, 2002, p.22)

Em 1871 Richard Leach Maddox fabricou as primeiras placas secas tendo como emulsão gelatina e sais de prata em lugar de colódio. Esse negativo entrou no mercado para substituir definitivamente o de placa de vidro em colódio úmido, porque, sendo utilizado de forma seca, isto é, não imediatamente após a sua confecção, dava ao fotógrafo mais agilidade e rapidez.

A chapa seca de gelatina não foi responsável apenas pela simplificação do processo fotográfico, provocou também uma revolução no desenho das câmaras, reduzindo o tamanho do equipamento fotográfico.

É possível contextualizar então, de 1848 a 1871, a invenção dos três principais tipos de negativos de suporte vidro, antes de sua comercialização em 1888, como demonstra a figura 1.

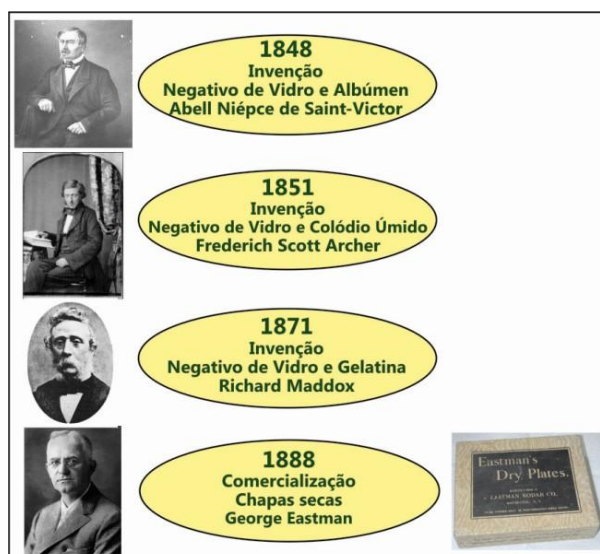


Figura 1: Evolução dos negativos de vidro.

Fonte: STROHSCHOEN, 2012, p. 42.

No Brasil, a preservação de negativos de vidro, durante muitas décadas, resumiu-se em “guardar” em envelopes de papel pardo, empilhados e dentro de caixas de papelão. Porém, apesar de inadequada, essa forma de acondicionamento manteve sob segurança preciosas imagens históricas do país.

A Fundação Nacional da Arte foi a instituição brasileira que introduziu, em 1980, políticas de conservação preventiva para acervos fotográficos, por meio do Programa Nacional de Preservação e Pesquisa da Fotografia - Propreserv. Em 1984 foi criado, no Rio de Janeiro, através de termo de cooperação técnica com a Fundação Pró-Memória, o Centro de Conservação e Preservação Fotográfica, braço técnico do Instituto Nacional da Fotografia (Infoto), e parte do Propreserv. Pioneiro na América do Sul, o CCPF é uma referência internacional no setor de conservação fotográfica. Seu principal objetivo é a preservação da memória fotográfica brasileira, o incentivo a criação de núcleos regionais de preservação, a formação de pessoal técnico especializado e a difusão de informações em conservação e preservação fotográfica. Não possui acervo próprio de imagens; atua em parceria na recuperação dos acervos fotográficos brasileiros públicos e privados.

O vídeo *Negativos de Vidro: Conservação*, lançado em 1994, trabalho do CCPF e da Coordenação de Cinema e Produção de Vídeo da Funarte, foi direcionado a conservadores e restauradores que atuam em projetos de preservação fotográfica, tratando dos procedimentos técnicos de manuseio, higienização, estabilização e acondicionamento de negativos de vidro. Ensina que por suas características peculiares, e como parte significativa de nossos acervos

históricos, sua conservação exige conhecimentos especiais; e que em razão da fragilidade dos suportes em vidro, devem ser tomadas precauções especiais no manuseio das caixas, envelopes ou outros sistemas de acondicionamento disponíveis.

4 Negativo de Vidro – fonte documental

Quanto a importância do negativo de vidro como patrimônio e fonte documental da história mundial, a pesquisa bibliográfica confirmou essa hipótese. Na literatura encontramos vários exemplos.

Podemos citar as imagens em 300 chapas de vidro de colódio úmido capturadas pelo fotógrafo inglês Robert Fenton na *Guerra da Crimeia* (1853 a 1856, Rússia Imperial versus Turquia Oriental) e reveladas imediatamente após a captura numa carruagem transformada em quarto escuro. Destas, há uma coleção de 263 fotografias disponíveis na Biblioteca do Congresso Americano, todas digitalizadas e disponíveis no portal da instituição⁶, com descrição individual.

Outro exemplo relevante é a imagem da figura 2, que exhibe um positivo produzido a partir de um negativo de vidro quebrado.

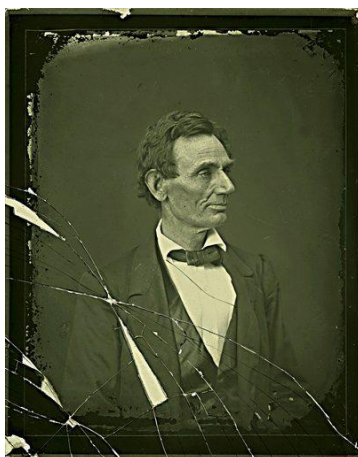


Figura 2: Retrato de Abraham Lincoln sobre negativo de vidro quebrado.

Fonte: <http://www.photography-collection.com/news/eastman-house-presents-glass-plate-image-of-abraham-lincoln-from-1860/>.

Considerada como um dos melhores retratos do 16º presidente dos Estados Unidos, foi apresentada ao público pela primeira vez no bicentenário de Lincoln (2009), integra o acervo do *George Eastman House International Museum of Photography & Film*. Sua restauração durou dois anos.

No Brasil, também há bons exemplos.

Um deles é o acervo de 15.000 negativos de vidro da *Penitenciária Estadual de São Paulo* (ACADEPEN) no complexo de Carandiru, descoberto pela artista brasileira Rosângela Rennó. Com a colaboração da Fundação Nacional da Arte (FUNARTE), a Universidade de São Paulo (USP) e Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB), Rennó instalou um estúdio na ACADEPEN, onde limpou, restaurou e catalogou os negativos.

As fotografias preto-&-branco eram usadas para ilustrar as fichas pessoais dos internos da penitenciária. O levantamento fotográfico que se estendeu entre 1920 e 1940, no setor de Psiquiatria e Criminologia da Penitenciária do Estado de São Paulo, pretendia identificar os prisioneiros por número, características físicas (feições, cor da pele, altura, peso e deformidades corporais) e marcas (tatuagens e cicatrizes propositais ou acidentais).

Outro exemplo são as fotografias tiradas por D. Pedro II e registradas em negativos de vidro: a *Coleção Imperatriz Dona Leopoldina*, hoje integrante do acervo da Biblioteca Nacional.

O reconhecimento internacional do valor cultural desta coleção foi obtido com sua inscrição no Registro Internacional da Memória do Mundo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2003. Assim, esta coleção tornou-se o primeiro conjunto documental brasileiro a integrar este programa da UNESCO. Desta forma, a Biblioteca Nacional cumpre sua missão de garantir a disseminação do conhecimento divulgando seu vasto acervo e contribuindo para a preservação da memória nacional.

Além destas coleções, foram localizadas, em 13 instituições culturais das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, um total de 48.009 chapas de vidro. As instituições custodiadoras destes acervos são museus, arquivos e bibliotecas.

5 Preservação

Negativos de vidro apresentam patologias distintas que vão desde a degradação química do suporte (perda de transparência, superfície áspera, lexiviação), até a sua degradação física (fissuração, fragmentação). A emulsão, normalmente um material orgânico ou semi-sintético tem ainda tendência a destacar se as flutuações de umidade relativa forem grandes, pois o vidro, um material inorgânico, é incapaz de acompanhar os seus movimentos. É também comum a emulsão sofrer de patologias relacionadas com a presença de microrganismos, fungos e bolores.

Deve-se levar em consideração também o fato de que muitos fotógrafos retiravam a emulsão fotográfica de alguns negativos para reaproveitar as chapas de vidro para produzir novos negativos; muitos se perderam por queda, muitos deles colaram papel a emulsão, quando empilhados riscavam, tudo isso contribuiu para a perda destes suportes.

O manuseio, o diagnóstico, a higienização, a duplicação, a estabilização e o acondicionamento adequado das coleções de negativos de vidro deverão estar incluídos na política de preservação das instituições culturais, lembrando que o acesso somente é possível por meio da duplicação – geração de novos negativos em base flexível contemporânea.

Para a efetiva preservação, é fundamental a identificação do processo utilizado na produção do negativo para a definição do tratamento adequado. Identificar qual o lado da superfície de vidro, e qual o lado da emulsão - o lado do suporte de vidro é brilhante, e a emulsão opaca, é outro fator importante.

As principais causas da deterioração dos negativos de vidro são descritas por Pavão (1997, p. 130 – 137):

Nos negativos de gelatina e brometo de prata em vidro, usados a partir de 1870, verificou-se que a gelatina, usada como meio ligante, interage com os sais de prata e resultava num aumento significativo da sensibilidade à luz. Apesar de a gelatina ser um material bastante estável, sua deterioração está associada às condições de umidade relativa elevada, que a amolecem e a tornam pegajosa. Negativos de vidro armazenados em ambientes úmidos que se encontrem empilhados ou sob pressão, colam entre si ou aos respectivos envelopes. A gelatina é um material orgânico propício ao desenvolvimento de bolores se a umidade relativa superar 65%. Se o ambiente for muito seco a camada de gelatina pode descolar. E atenção: o caso torna-se mais grave se houverem oscilações de temperatura, pois o vidro é rígido e não acompanha de forma nenhuma as variações dimensionais da gelatina.

A albumina era usada em alguns negativos de vidro no século XIX. É uma substância instável, as formas de deterioração mais freqüentes são a tendência para amarelar e a tendência a abrir pequenas rachas em toda a superfície. A prevenção também é evitar principalmente oscilações na umidade relativa do ar.

O colódio era usado em meados do século XIX, seu maior problema é a fragmentação e a libertação do suporte fotográfico vidro. Cantos quebrados, arestas lascadas dão origem à escamação da emulsão. Cuidado com retoques de tinta vermelha ou preta, aplicados a pincel

ou lápis de grafite do lado da emulsão ou do lado do suporte: estas transformações não são consideradas deterioração, são auxiliares de impressão que devem ser respeitados como marcas do autor.

O vidro deteriorado perde a transparência, adquire um aspecto leitoso e sua superfície torna-se áspera. A deterioração ocorre quase sempre no lado da emulsão, que descola do suporte, fica ondulada, rasga-se e causa a perda da imagem. Para a preservação, condições estáveis de temperatura e umidade são imprescindíveis. Oscilações devem ser sempre inferiores a 5% em períodos de 24 horas. Controlar as condições de uso, como a exposição temporária ao calor que acontece quando colocados sobre mesa de luz ou ampliadores é da mesma importância. O vidro quebrado deve ser estabilizado entre duas chapas de vidro de 2 mm com as mesmas dimensões do original, ligados entre si por fita filmoplast, processo de selagem ou pode ser realizada colagem com cola de gelatina aplicada a cerca de 40° C (indicado para negativos que utilizavam gelatina na emulsão).

Já a técnica mais usada para a impressão de negativos em processo de colódio úmido, em 1855, era o processo de papel de albumina, uma vez que tornava mais fácil a obtenção de imagens duplicadas. A utilização do negativo de colódio úmido e o papel de albumina foi o processo mais comum no mundo até 1880, diminuindo gradativamente até 1895. Porém, o papel albuminado só parou de ser fabricado definitivamente em 1930.

6 Acesso

Se preservação é a primeira responsabilidade, acesso e uso deveriam ser obrigatoriamente da mesma importância. Nesta perspectiva, Conway enumera cinco conceitos para auxiliar no estabelecimento de prioridades para a preservação: longevidade, escolha, qualidade, integridade e acesso.

Acesso: durante anos preservação significou essencialmente colecionar. O simples ato de retirar uma coleção de manuscritos de um celeiro, de um porão, de uma garagem e deixá-los intactos em um local isento de umidade e com fechaduras na porta, cumpria a missão fundamental de preservação da instituição. Dessa forma, preservação e acesso vinham sendo atividades mutuamente excludentes e freqüentemente conflitantes. (CONWAY, 2001, p. 19)

Para Lopez (2002) “a escolha do instrumento de pesquisa a ser produzido deve ser feita em função do estabelecimento de uma política de descrição por parte da entidade” e esta

política, deve, em primeiro lugar, voltar-se para a efetivação do acesso a informação. No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, acesso é definido como “função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização” (DBTA, 2005, p. 14).

Em acervos imagéticos existem duas possibilidades. Em empresas e instituições em pleno funcionamento, as fotografias são produzidas por alguma finalidade, e depois de cumprirem suas funções no arquivo corrente e intermediário são recolhidas e integradas ao acervo permanente (histórico), onde é realizada a descrição da informação, que gera os instrumentos de pesquisa e são tomadas medidas específicas para acondicionamento. A outra possibilidade é quando tratamos de coleções pessoais que são doadas a instituições culturais – arquivos de universidades, museus, centros de documentação.

Em relação a isso, Manini afirma que a fotografia considerada como fonte documental, passa a ser de acesso público no momento em que integra arquivos históricos, como descreve a autora.

A fotografia só se torna um documento de uso geral, de interesse público coletivo e de importância histórica e/ou cultural quando inserida num arquivo: importará sua origem ou proveniência, a finalidade de sua criação ou produção, e será tratada segundo um agrupamento sistemático, respeitando a organicidade do fundo a que pertence. (MANINI, 2008, p. 127)

Manini (2008, p. 131) evidencia também que “a leitura do profissional da informação condiciona a recuperação da informação, mas não condiciona a leitura do documento recuperado, que é feita pelo usuário”. Para a autora a fotografia é um documento que possui algumas particularidades.

A tradução do imagético para o textual é a própria escolha do termo de indexação, a definição da marca de transposição do visual para o verbal. Aqui, percebe-se exatamente a importância do profissional da informação: ele deve ter um conhecimento mínimo sobre o conteúdo do documento que está analisando, bem como **conhecer os interesses dos usuários do acervo e a política da instituição** (grifo nosso) e ter acesso aos mecanismos de controle de vocabulário. (MANINI, 2008, p. 132)

Políticas e controle de linguagem são abordados por bibliotecários e gestores de informação em bancos e arquivos de imagens brasileiros e multinacionais como imprescindíveis ao acesso a informação contida nos registros fotográficos: políticas de

indexação, construção de vocabulário controlado ou tesauro para imagens e indexação de imagens.

7 Difusão

Este estudo propôs que o acesso e a difusão são atividades que se complementam. Não basta existir legislação garantindo o acesso aos acervos, profissionais realizando descrição documental ou elaborando instrumentos de pesquisa. É necessário que além disso, sejam pensadas ações de difusão, sejam elas presenciais ou para usuários virtuais. Essa função é abordada em concordância com Bellotto (2004) sobre a elaboração de inventários, catálogos, catálogos seletivos ser aliada a um bom trabalho de difusão.

Para Bellotto (2004) existem três tipos de difusão: cultural, editorial e educativa.

A difusão cultural é promovida por meio de palestras, debates, congressos, jornadas e reuniões, lançamentos de obras, eventos populares, comentários na imprensa, filmes, documentários, folhetos publicitários, exposição de documentos, entre outras ações.

A difusão editorial ocorre com a publicação do conteúdo do acervo, das atividades e dos programas, através da publicação de catálogos informativos, manuais, edições comemorativas, publicações que referenciam o acervo, entre outras iniciativas. São canais de comunicação com o exterior, pois levam à comunidade e ao meio acadêmico informações sobre o conteúdo do acervo. Desta forma, com as publicações o arquivo pode atrair novos usuários, ser reconhecido na comunidade e contribuir para sua rentabilidade e manutenção das suas atividades.

A difusão educativa é desenvolvida com a realização de exposições a estudantes no arquivo, reprodução de documentos, visitas guiadas aos arquivos, entre outras ações devidamente planejadas. A inclusão de estudantes no acervo pode propiciar benefícios didáticos, introduzindo novos métodos e novos gêneros de material escolar.

8 As Instituições Culturais Seleccionadas

As duas instituições culturais detentoras de coleções fotográficas com negativos de vidro analisadas por meio de aplicação de instrumento de coleta de dados, foram o Museu Antropológico Diretor Pestana, no Rio Grande do Sul, e a Fundação Joaquim Nabuco

(FUNDAJ) em Pernambuco. A localização geográfica das duas instituições é em pontos extremos do país.

O MADP é uma instituição privada, filantrópica, fundada em 1961, localizada em Ijuí. Ijuí está localizada no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, em um entroncamento rodoviário que é passagem obrigatória para o Mercosul e a 395 km da capital. Possui uma área de 689,124 km² e uma população de 79.719 pessoas. Ocupa a 25ª colocação de 496 municípios que abrangem o RS. Está entre os 10 melhores municípios em qualidade de vida no estado do Rio Grande do Sul. É conhecida também como Capital da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul.

O total de imagens do acervo iconográfico do MADP é 300 mil imagens, do início do século 20 até os dias atuais, das quais 145.805 estão classificadas, higienizadas e descritas; incluindo 14.383 negativos de vidro. Uma das coleções com expressivo volume documental é a Coleção Jornal da Manhã, com aproximadamente 100 mil imagens entre positivos e negativos. O Arquivo Fidene é o segundo maior volume documental, com 26 mil imagens analógicas da Universidade de Ijuí desde 1957 até os dias atuais.

Destacam-se a Coleção Beck, com 5.928 negativos de vidro e a Coleção Eduardo Jaunsem, com 5.614 negativos de vidro.



Figura 3 – Reprodução de negativo de vidro da Coleção Jaunsem
Fonte: STROHSCHOEN, 2012, p. 96.

A FUNDAJ é uma instituição pública, fundada em 1949, localizada em Recife. Recife é a capital do Estado do Pernambuco. Cidade litorânea, banhada pelo Oceano Atlântico, possui uma área de 219 km² e uma população de 1.561.659 de pessoas, sendo classificado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como a metrópole da quarta maior

rede urbana do Brasil em população. O Recife, das capitais estaduais atuais, é a mais antiga do Brasil.

O total de imagens do acervo iconográfico da FUNDAJ é 190 mil imagens, das quais 150 mil imagens positivas, de 1876 a 1970; e 40 mil imagens negativas, de 1876 a 1940; incluindo 516 negativos de vidro. O mais expressivo volume documental é o Arquivo Francisco Rodrigues, com 49.162 imagens, das quais 15.858 são negativos de segunda geração, ou seja, as imagens positivas foram fotografadas e foi gerado um negativo flexível, para poupar do manuseio o original.

Destacam-se a Coleção Benício Dias, constituída de 155 negativos de vidro, com imagens dos anos 1880 a 1950, e a Coleção Alexandre Berzín, constituída de 240 negativos de vidro.



Figura 4 – Coleção Benício Dias
Fonte: STROHSCHOEN, 2012, p. 84.

Os principais critérios que nos levaram a optar por estas instituições foram: por serem instituições culturais de destaque regional e pelo seu valor intrínseco; por constituírem-se em centros de documentação fotográfica com acervos relevantes; pelo fato dos dois acervos em questão pertencerem a museus antropológicos, ambos ocupando-se do homem em relação com a sua história e a sua cultura; por se localizarem em regiões onde ocorreu a chegada de um grande número de imigrantes, dentro eles, fotógrafos; e por serem instituições que tem como objetivo desenvolver e subsidiar pesquisas a partir do acervo preservado.

O Museu Antropológico de Ijuí foi inspirado e criado à luz dos objetivos da Fundação Joaquim Nabuco. Martin Fischer foi um dos fundadores e primeiro diretor do MADP. As

atividades voltadas para o estudo, a pesquisa, a preservação e a divulgação do patrimônio sociocultural do homem nordestino desenvolvidas pelo Museu do Homem do Nordeste serviram de exemplo a Fischer, ficando a pretensão de reproduzir o mesmo modelo no Rio Grande do Sul.

Assim, por sua constituição como instituições com viés antropológico, levam em consideração que uma das principais atividades da Antropologia é desenvolver pesquisas e produzir conhecimento além de participar de sua difusão não apenas em âmbito acadêmico, mas também em instituições de ensino, em museus, em órgãos de preservação de documentos e no desenvolvimento de políticas e projetos em benefício dos grupos humanos estudados.

9 Políticas Adotadas em Instituições Culturais

Para o estabelecimento de políticas de acesso e preservação às coleções fotográficas de negativos de vidro, as instituições culturais devem levar em consideração a legislação existente que estabelece as responsabilidades: o 216º artigo da Constituição Federal de 1988 - cabe à administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem; o 1º artigo da Lei Federal de Arquivos nº 8.159, de oito de janeiro de 1991 - é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivo, como instrumentos de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação; o 26º artigo da Lei Federal de Arquivos nº 8.159, de 1991 - a criação do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) como órgão central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), vinculado ao Arquivo Nacional.

Desta forma, considera-se a importância dos arquivos como instrumento de gestão indispensável à transparência, à eficiência, eficácia e efetividade administrativas, ao desenvolvimento político e social e como garantia do direito à informação e à memória.

E essa garantia do direito à memória e informação pressupõe que além da função arquivística preservação, as funções acesso e difusão são imprescindíveis e se complementam. Algumas ações evidenciam-se quando se discorre sobre a promoção do acesso e difusão de um acervo fotográfico: a elaboração de instrumentos de pesquisa de modo que o pesquisador saiba da existência (ou não) das imagens preservadas no acervo em questão, anteriormente a sua vinda ao recinto do arquivo e a divulgação no *sítio* da instituição, na internet; o registro

das informações sobre os usuários com o uso da ficha do pesquisador para otimizar o atendimento as necessidades de informação dos mesmos; a realização de oficinas para alunos do ensino médio e fundamental objetivando além da divulgação sobre a preservação da memória fotográfica, a conscientização sobre a importância da descrição das imagens; a produção de exposições temáticas de fotografias.

Quanto a política de preservação, evidencia-se que a instituição cultural mantenha programas permanentes de preservação, não apenas projetos e ações determinadas.

No entender do MADP, diversas atividades e medidas desenvolvidas caracterizam a sua preocupação em manter políticas de preservação, e contribuem direta ou indiretamente à preservação do acervo, desenvolvendo medidas de conservação preventiva. No acervo da FUNDAJ são entendidos como programa a renovação periódica dos envelopes e caixas utilizados no acondicionamento dos documentos. Preocupam-se também com o monitoramento dos sinais de deteriorações provocadas por fungos e insetos. Nenhuma das duas instituições, no entanto, mencionou a existência de um registro ou menção a um Programa de Preservação do Acervo.

Sobre a necessidade de climatização do acervo dos negativos de vidro para aumento da longevidade do suporte, verificou-se que há maior necessidade de climatização no acervo do MADP, onde as oscilações de temperatura e umidade relativa do ar são maiores.

Quanto ao acesso, ambas as instituições produzem instrumentos de pesquisa, descrevendo as imagens. Em concordância com Bellotto (1991), que salienta que “o objetivo da Arquivologia é o acesso à informação” reforçou-se a premissa de que instituições culturais que atuam nas áreas de preservação do patrimônio cultural devem promover a difusão de seus acervos, mas já possuindo instrumentos de pesquisa para acesso aos dados das imagens fotográficas.

No Museu de Ijuí, o método de classificação é por assunto, a partir da concepção da Classificação Decimal Universal (CDU) e para a descrição das imagens usa-se a ficha de classificação para fotografias recomendada pela Funarte na década de 80. A ordenação arquivística das coleções/documentos fotográficos no acervo da Fundaj segue uma codificação própria, e a descrição é realizada individualmente. As fichas/planilhas estão registradas numa base de dados textual identificada como ICONO, do Sistema Micro CDS/ISIS.

As duas instituições possuem regulamentação sobre valores a serem cobrados dos pesquisadores pela reprodução digital de documentos iconográficos. Para o controle de atendimento há fichas cadastrais dos pesquisadores, ordenadas alfabeticamente, com o registro dos dados pessoais e informações acerca do uso das imagens em suas pesquisas. Ambas realizam estatística de atendimento a pesquisadores por meio da coleta das informações registradas manualmente na Ficha do Pesquisador.

Partindo da premissa de que as atividades realizadas para difusão dos acervos das instituições culturais também devem estar contempladas na política institucional e nos planejamentos anuais, sendo que o uso e referência do acervo fotográfico como fonte documental é muito importante; reforça-se novamente o conceito que é a razão de ser da Arquivologia é disponibilizar aos usuários a informação.

Na Fundaj a difusão editorial é expressiva, com várias publicações de pesquisadores e também de iniciativa da própria instituição. Já quanto a difusão e os benefícios da elaboração de projetos de preservação patrocinados por órgãos financiadores externos, verificou-se que o MADP desenvolveu três projetos nos últimos sete anos, sendo um deles via Lei de Incentivo a Cultura (mecenato). Essa necessidade de busca de patrocínios externos deve-se ao fato de ser uma instituição privada.

10 Conclusão

Comprovou-se a importância do suporte documental negativo de vidro como patrimônio e fonte de informação e pesquisa sobre a história brasileira e mundial por meio da verificação de existência de coleções com este suporte, com grandes volumes documentais, nas duas maiores metrópoles brasileiras – sete instituições culturais de São Paulo detêm 36 mil e seis instituições do Rio de Janeiro detêm mais de 10 mil. Essas imagens, preservadas em acervos fotográficos de instituições culturais do Rio de Janeiro e São Paulo são importante fonte de informação sobre a história brasileira da segunda metade do século XIX, período no qual o principal suporte existente para a sensibilização da imagem era a chapa de vidro.

Além disso, a literatura internacional e nacional relata registros fotográficos de importantes acontecimentos sobre negativos de vidro. O fato de uma instituição cultural enviar esforços durante dois anos para restaurar uma única imagem de Lincoln sobre negativo de vidro é um exemplo dessa importância.

Comprovado isto, na continuidade da abordagem definida para a realização deste estudo, objetivou-se analisar políticas de preservação e acesso adotadas por centros de documentação fotográfica detentoras de negativos de vidro com base naquelas identificadas em duas instituições culturais com semelhanças nos acervos preservados e nos objetivos e metas institucionais, porém, com diferenças climáticas devido a sua localização geográfica - nas regiões Sul e Nordeste do Brasil. Salienta-se que os autores pesquisados afirmam que os fotógrafos e órgãos produtores das imagens pouco se preocuparam com a preservação dos acervos. Quanto as políticas de acesso e preservação, observou-se que os autores referenciados abordados enfatizam que o plano de ação deve ser estabelecido (planejamento e elaboração de programas pressupõe existência de política), porém foi possível identificar somente inúmeras ações isoladas nas duas instituições culturais, inexistindo um Programa de Preservação / Acesso / Difusão de Acervo.

Após as considerações expostas pode-se concluir que, devido à importância dos negativos de vidro como fonte documental para pesquisas sobre a história brasileira e como patrimônio cultural e documental de um país, há possibilidades de outros estudos direcionados a documentos fotográficos de instituições culturais, que não sejam sobre coleções que comportam imagens positivas, negativos flexíveis e fotografias digitais.

A preservação e o tratamento adequado dos negativos de vidro culminam no acesso e agilidade na recuperação da informação. Mesmo em Estados como o Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, onde o volume documental preservado em arquivos, bibliotecas e museus desse suporte é grande, são quase inexistentes os estudos desenvolvidos sobre este tema, talvez por desconhecimento de todo o seu potencial informativo.

¹ Ver informações detalhadas do Projeto CPBA em <<http://www.arqsp.org.br/cpba/>>.

² Portaria normativa n. 7 da Capes, de 22 de junho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 23 de junho de 2009.

³ Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.) era filósofo grego, aluno de Platão e professor de Alexandre, o Grande.

⁴ Leonardo di ser Piero da Vinci (1452 – 1519) era polímata italiano, uma das figuras mais importantes do Alto Renascimento, e se destacou como cientista, matemático, engenheiro, inventor, anatomista, pintor, escultor, arquiteto, botânico, poeta e músico.

⁵ Joseph Nicéphore Niépce (1765 — 1833) era inventor francês.

⁶ Disponível em: <<http://www.loc.gov/pictures/search/?st=grid&co=ftncnw>>.

Referências

BARUKI, Sandra; COURY, Nazareth; HORTA, João Carlos. Roteiro do vídeo negativos em vidro. In: **Cadernos técnicos de conservação fotográfica**, 1. Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte. 3. ed. rev. Rio de Janeiro: Funarte, 2004.

BECK, Ingrid. **Projeto cooperativo conservação preventiva em bibliotecas e arquivos**. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, Associação dos Arquivistas Brasileiros, v.2, n. 1 / 2, p. 5-34, jan./dez. 1999.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Difusão editorial, cultural e educativa em arquivos. In: **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 226 – 247.

BLAYA PEREZ, Carlos. Usuários de arquivos fotográficos. In: MANINI, Miriam Paula; MARQUES, Otacílio Guedes; MUNIZ, Nancy Campos (orgs.). **Imagem, memória e informação**. Brasília: Ícone Editora e Gráfica, 2010. cap. 9, p. 183–189.

CANABARRO, Ivo. **Dimensões da cultura fotográfica no sul do Brasil**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011. (Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana).

CONWAY, Paul. **Preservação no universo digital**. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001. (Cadernos Técnicos Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, v. 52)

FILIPPI, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Como tratar coleções de fotografias**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, 4)

JUCÁ, Joselice. **Joaquim Nabuco: uma instituição de pesquisa e cultura na perspectiva do tempo**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1991.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: UNICAMP, 1996.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa**. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002. (Projeto Como Fazer, 6).

MACHADO, Arlindo. **A ilusão especular: introdução à fotografia**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MANINI, Miriam Paula. A fotografia como registro e como documento de arquivo. In: BARTALO, Linete; MORENO, Nádina Aparecida (orgs.). **Gestão em Arquivologia: abordagens múltiplas**. Londrina: EDUEL, 2008, v. 1, p. 102-161.

MARQUES, Mario Osório. **Universidade emergente: o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS), de 1957 a 1983**. Ijuí: FIDENE, 1984.

NEIVA JR., Eduardo. **A imagem**. São Paulo: Editora Ática, 1986. (Série Princípios).

PAVÃO, Luis. **Conservação de colecções de fotografia**. Lisboa, Dinalivro, 1997.

STROHSCHOEN, Cristina. Treinamento em preservação de acervos no Arquivo Nacional do Brasil: a representatividade gaúcha em 2008. In: CONGRESO DE ARCHIVOLOGIA DEL MERCOSUR, 8., 2009, Montevideo. **Anais...** Madrid: ANABAD, 2009. [CD] p. 1373 – 1390.

STROHSCHOEN, Cristina. **Quando o patrimônio é uma imagem que quebra:** políticas de acesso e preservação de coleções fotográficas de negativos de vidro. Santa Maria: 2012, 148 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

TURAZZI, Maria Inez. **Poses e trejeitos:** a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839 – 1889). Rio de Janeiro: Rocco, 1995.